Informe

informe@ofluminense.com.br

MPF denuncia Glenn Greenwald e mais 6

O Ministério Público Federal (MPF) apresentou nesta terça (21) à Justiça Federal denúncia contra sete pessoas, incluindo o jornalista norte-americano Glenn Greenwald, responsável pelo site The Intercept Brasil, no âmbito da Operação Spoofing, que apura a invasão de celulares de autoridades. São apontados indícios dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro e interceptação telefônica ilegal. Segundo a denúncia, assinada pelo procurador da República Wellington Divino de Oliveira, Greenwald teria auxiliado, orientado e incentivado as atividades criminosas do grupo. A defesa alega ação política em represália à liberdade de imprensa.

Embraer dá folga a funcionários

A Embraer concedeu três dias de licença remunerada aos funcionários. As atividades na empresa deveriam ser reiniciadas nesta semana após duas semanas de férias coletivas para a separação interna dos negócios de aviação comercial dos demais setores.

Pescadores já recebem auxílio

A segunda parcela do auxílio emergencial concedido a quase 70 mil pescadores profissionais artesanais de áreas afetadas pela mancha de óleo no litoral brasileiro começa a ser paga nesta terça-feira (21). O pagamento segue o calendário de saques dos benefícios sociais.

Receita: recorde de apreensões

A apreensão de mercadorias irregulares pela Receita voltou a bater recorde em 2019. O órgão confiscou R$ 3.256.750.247,91 em contrabando no ano passado, valor 3,22% maior que o registrado em 2018. O número de operações de vigilância e repressão aduaneira também bateu recorde. Em 2019, a Receita fez 4.955 operações, contra 3.347 no ano anterior. Entre as mercadorias recolhidas, os cigarros lideram a lista, com 35,67% das apreensões. Em segundo lugar, os eletroeletrônicos, com 11,42%, seguidos por vestuário (7,02%) e brinquedos (4,71%).

Sisu: lentidão nas inscrições

O Ministério da Educação confirmou neta terça (21) que as inscrições no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) enfrentam lentidão. Segundo o MEC, a "instabilidade ocorre devido ao grande número de acessos". A expectativa é que o serviço se normalize em breve.

Sem problemas nas redações

O MEC informou ainda que o processo que pontua as redações do Enem é diferente da correção das questões objetivas. Por isso, de acordo com o ministério, as notas dos textos não serão prejudicadas pelas inconsistências na correção das provas objetivas.

Aneel homologa leilão de energia

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu ontem homologar parcialmente o resultado do Leilão A-6 de 2019. O certame é destinado à contratação de novos empreendimentos de geração de energia a partir de fontes diversas, como hidrelétrica, eólica, solar fotovoltaica e termelétrica. O início do suprimento de energia está previsto para 1º de janeiro de 2025. O leilão, realizado em 19 de outubro do ano passado, negociou contratos de energia de 91 novos projetos de geração, com investimento previsto de R$ 11 bilhões.

CURTAS

O presidente Jair Bolsonaro coordenou ontem, no Palácio da Alvorada, em Brasília, a 26ª Reunião do Conselho de Governo. Este foi o primeiro encontro do ano da equipe ministerial.

Quarenta e oito horas após a fuga de 76 presos 76 presos da Penitenciária Regional de Pedro Juan Caballero, no Paraguai, apenas seis deles haviam sido recapturados.

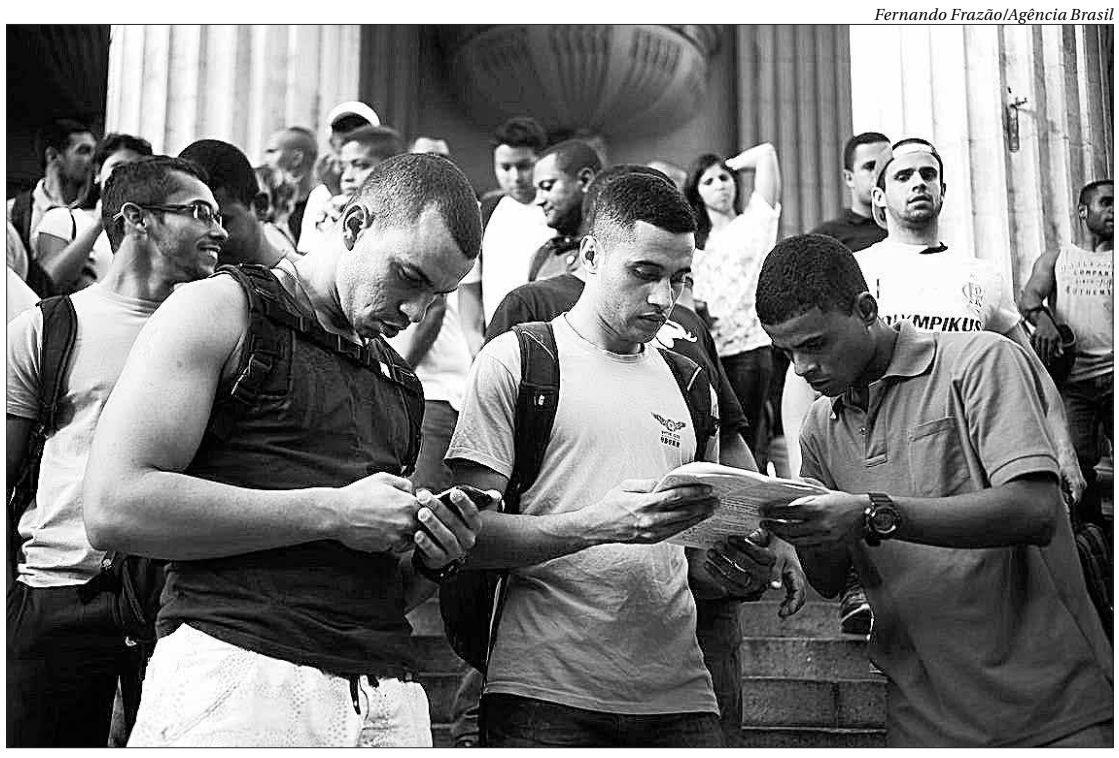
Os trabalhadores com dificuldade de acesso ao seguro-desemprego deverão ter o benefício liberado hoje. A informação é da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

Em um dia tenso, ontem, no mercado, a Bolsa de Valores caiu, e o dólar norte-americano fechou no maior valor em mais de um mês e meio. O dólar comercial fechou o dia vendido a R$ 4,206, com alta de R$ 0,017 (0,4%). A divisa está no maior valor de fechamento desde 2 de dezembro (R$ 4,214).

Orçamento de 2020 prevê 51,3 mil vagas em concursos

Preenchimento dos postos dependerá de autorização da equipe econômica

Fernando Frazão/Agência Brasil



Número de vagas no orçamento deste ano representa aumento de 1.400% em relação à previsão do ano passado

O Orçamento Geral da União de 2020, publicado nesta segunda-feira (20) no Diário Oficial da União, prevê 51.391 vagas em concursos públicos federais nos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público da União e Defensoria Pública da União. Isso representa um aumento de 1.400% em relação à previsão de 3.369 servidores do Orçamento do ano passado.

Do total de vagas previstas para este ano, 45.816 destinam-se ao provimento (preenchimento) de postos existentes que ficaram vagos, geralmente por morte ou aposentadoria. O Orçamento prevê ainda a criação de 5.575 vagas.

O Poder Executivo concentra o número de vagas, com a previsão de provimento de 43.568 postos e a criação de 3.140 vagas nas esferas civil e militar. No Judiciário, estão previstos o preenchimento de 1.871 vagas existentes e a criação de 1.417 postos. No Judiciário, o Orçamento destina espaço para o provimento de 147 postos e a criação de sete vagas.

A Lei Orçamentária de 2020 prevê a criação de 1.011 vagas e o provimento de 205 postos na Defensoria Pública da União. Para o Ministério Público da União e o Conselho Nacional do Ministério Público, o texto estipula o preenchimento de 25 vagas existentes.

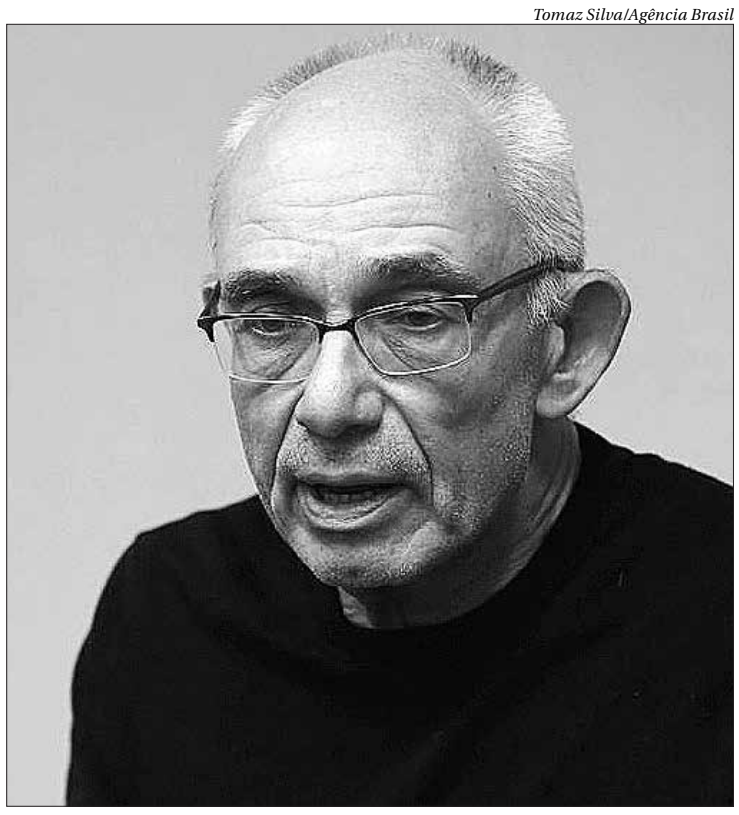
A maior parte dos provimentos será executada por meio da convocação de aprovados em concursos já realizados. A autorização para novos concursos depende do Ministério da Economia, que analisará se existem recursos para a contratação de servidores e verificará a necessidade de cada órgão. O Orçamento de 2020 destina R$ 344,6 bilhões para despesas com pessoal.

A previsão de vagas para o serviço público federal foi alterada pelo Congresso Nacional durante a tramitação do Orçamento. O projeto original da Lei Orçamentária Anual estimava 32 mil provimentos e a criação de 2 mil vagas nos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e na Defensoria Pública da União.■

Brumadinho: MP denuncia 16 pessoas por homicídio doloso

Entre denunciados estão ex-presidente da Vale e funcionários de empresas

Tomaz Silva/Agência Brasil



O diretor-presidente da Vale, Fabio Schvartsman, está entre os denunciados

O Ministério Publico de Minas Gerais (MPMG) denunciou nesta terça (21) o ex-presidente da Vale, Fabio Schvartsman, e mais dez funcionários da mineradora pelo rompimento da barragem da mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, no ano passado. De acordo com o MP, os denunciados devem responder na Justiça pelo crime de homicídio doloso, quando há intenção de matar, porque teriam responsabilidade na morte de 270 pessoas, que foram soterradas pela avalanche de rejeitos da represa.

Segundo o MP, cinco funcionários da empresa TUV SUD, que também foram denunciados, auxiliaram a Vale na emissão de declarações falsas de estabilidade da barragem do Córrego do Feijão.

Em coletiva de imprensa, realizada em Belo Horizonte, os promotores responsáveis pela investigação afirmaram que a Vale tinha conhecimento da falta de segurança da barragem e que a empresa tinha uma "lista sigilosa" na qual estava listava a "situação inaceitável" de segurança do local. Desde a tragédia, o Corpo de Bombeiros permanece realizando buscas para encontrar os corpos. A barragem se rompeu em janeiro de 2019, resultando em mortes e na destruição de casas e equipamentos públicos na cidade, que fica próxima à capital mineira, Belo Horizonte.

Em nota à imprensa, a TUV SUD informou que está cooperando com as autoridades e reiterou o "compromisso em ver os fatos sobre o rompimento da barragem esclarecidos". A Vale ainda não se manifestou sobre a denúncia.■

Arenavírus: Ministério da Saúde tranquiliza população

Pessoas que tiveram contato com paciente estão sendo monitoradas

O Ministério da Saúde (MS) tranquilizou a população sobre a transmissão de febre hemorrágica no país. Em entrevista à imprensa nesta terça-feira (21) para esclarecer a morte de um paciente pela doença em São Paulo, o secretário substituto da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, Júlio Croda, disse que a maior preocupação tem sido com os profissionais de saúde que tiveram contato direto com a vítima, um morador de Sorocaba, no interior do estado. "Neste momento, não existe preocupação de transmissão à população geral. A gente sabe que isso é uma transmissão eventual", disse Júlio Croda.

"O risco maior de adquirir a infecção é a pessoa entrar em contato com alguma secreção do paciente. Nosso monitoramento está sendo realizado nos profissionais de saúde e seus familiares. Por enquanto nenhum contactante apresentou sintomas". Cerca de 100 a 150 pessoas se enquadram nesse perfil. Caso a situação não se altere, o monitoramento será encerrado dia 3 de fevereiro, 21 dias após seu início. O paciente, cuja identidade foi mantida em sigilo, faleceu 12 dias após a internação, ocorrida em 30 de dezembro.

Funcionários de três hospitais e três laboratórios estão sendo monitorados. Existem níveis diferentes de risco, sendo considerado o mais alto aquele no qual pessoas tiveram contato com secreções do paciente sem equipamento de proteção e profissionais responsáveis pela necrópsia. Além disso, outra ação planejada é ir aos lugares onde essa vítima passou e identificar se há relatos de roedores silvestres nesses locais, transmissores do vírus;

Sintomas - A doença inicia com febre, mal-estar, dores musculares, dor de estômago, nos olhos, dor de cabeça, tonturas, sensibilidade à luz e constipação. Com a evolução da doença, pode haver comprometimento neurológico, manifestado por sonolência, confusão mental, alteração de comportamento e convulsão.■

Conselho da Amazônia

O presidente Jair Bolsonaro determinou nesta terça a criação do Conselho da Amazônia, a ser coordenado pelo vice-presidente da República, Hamilton Mourão. Em publicação no Twitter, Bolsonaro explicou que será utilizada a própria estrutura da Vice-Presidência.

O objetivo do conselho será coordenar as diversas ações em cada ministério voltadas para a proteção, defesa e desenvolvimento sustentável da Amazônia.

"Dentre outras medidas determinadas está também a criação de uma Força Nacional Ambiental, à semelhança da Força Nacional de Segurança Pública, voltada à proteção do meio ambiente da Amazônia", escreveu o presidente.■